



Índice

- 01** [Mato Grosso recebe 28 veículos novos para atendimento aos indígenas](#)
- 02** [Sesai e secretários de saúde discutem gestão da saúde indígena em Congresso](#)
- 03** [CUT repudia violência contra os índios no Mato Grosso do Sul](#)
- 04** [Justiça revoga liminar que determinava despejo de índios em Sidrolândia](#)
- 05** [Prefeito é atacado por índios próximo a Cristalina](#)
- 06** [Índios ateam fogo em casa da fazenda Cambará em mais um dia tenso](#)
- 07** [Índios bloqueiam rodovias para pedir demarcações no RS](#)
- 08** [Sobre o caixão de Oziel, índios rasgam decisão da Justiça e vão manter retomada](#)
- 09** [Exclusivo: Região News divulga primeiras imagens da fazenda Cambará, após retomada pelos índios](#)
- 10** [Índios invadem sede do PT no Paraná contra decisão correta de Gleisi Hoffmann](#)
- 11** [Laudos da Funai não serão desconsiderados na demarcação de terras indígenas, diz ministra](#)
- 12** [Governo federal reúne-se nesta terça-feira \(4/06\) em Brasília com delegação de indígenas do Pará](#)



Mato Grosso recebe 28 veículos novos para atendimento aos indígenas

SÍTIO MIDIANEWS, 31.05.2013

Quase 7 mil indígenas de 108 aldeias serão beneficiados

O transporte de pacientes, medicamentos e equipes de Saúde Indígena no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Cuiabá passa a ter reforço de 28 veículos novos, todos equipados com sistema de rastreamento via satélite e motoristas com disponibilidade de cobertura 24 horas. Os veículos foram entregues pelo secretário Especial de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde, Antônio Alves de Souza, nesta sexta-feira (31), na sede do DSEI Cuiabá.

"A contratação desses veículos é importante para deixar a gestão da saúde indígena livre para cuidar da qualidade da atenção básica, deixando a administração frota com a empresa contratada", disse o secretário durante a entrega.

Os veículos novos, que se somarão à frota do DSEI Cuiabá, beneficiarão 6.964 indígenas que vivem em 108 aldeias, pertencentes a 10 etnias, cujos serviços são prestados em 10 Polos Base, 37 Postos de Saúde e três Casas de Saúde Indígena (CASAI) e serão locados por um ano em contrato que pode ser renovado por mais quatro anos. O contrato inclui, além da locação de veículos, a contratação de motoristas e os serviços de manutenção.

"Estes são os primeiros veículos de muitos outros que vão reforçar nossa estrutura de transporte em todo o país. Começamos a distribuição pelos DSEI com maior acesso por via terrestre como os DSEI Leste de Roraima (RR) e Porto Velho (RO), mas os carros chegarão aos outros quatro DSEI também localizados no Mato Grosso (Xavante, Kayapó Mato Grosso, Xingu e Araguaia), além dos DSEI Tocantins (TO), Guamá Tocantins (PA), Kaiapó Pará (PA), Maranhão (MA), Bahia e Tocantins (TO)" afirmou Antônio Alves.

Para o secretário, o rastreamento por satélite dos veículos vai permitir um rigoroso controle do uso desses veículos e mais transparência na gestão dos contratos. O monitoramento dos veículos permitirá a localização exata dos mesmos, a sua velocidade, o trajeto percorrido a cada deslocamento e para que finalidade o mesmo está sendo utilizado, tudo a partir de um site na internet que pode ser acompanhado pelos gestores da Sesai em Brasília.

O DSEI Cuiabá abrange 16 municípios numa área que vai da cidade de Cuiabá até a fronteira com a Bolívia.

Saúde Indígena

A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), criada em 20 de outubro de 2010, é responsável pela implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, em articulação com o Sistema Único de Saúde (SUS), cuja missão é executar ações de atenção básica de saúde para cerca de 700 mil indígenas que vivem em 5 mil aldeias em todo o país.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 094 / 2013

Brasília, 04 de junho de 2013.

Com a criação da Sesai, os Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena, órgãos descentralizados da Sesai, passaram a ter autonomia administrativa, orçamentária, financeira e ampliação do número de trabalhadores de saúde indígena como médicos, enfermeiros, dentistas, nutricionistas, psicólogos, farmacêuticos, técnicos de enfermagem, auxiliares de saúde bucal, engenheiros, geólogos, arquitetos, epidemiologistas, antropólogos, técnicos em saneamento, agentes indígenas de saúde (AIS) e agentes indígenas de saneamento (AISAN).



Sesai e secretários de saúde discutem gestão da saúde indígena em Congresso
SÍTIO PORTAL DA SAÚDE, 29.05.2013

A Saúde Indígena voltou a ser tema nos debates do I Congresso de Secretarias Municipais de Saúde da Região Norte e Nordeste, que acontece desde a última segunda-feira (27), em São Luís (MA). As responsabilidades e desafios na gestão das ações de saúde para os povos indígenas foi o tema da mesa realizada na tarde de ontem (28), que reuniu cerca de 60 pessoas, entre secretários municipais e estaduais de saúde, gestores e técnicos da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), lideranças indígenas e coordenadores dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) das regiões norte e nordeste. Juntos, os 25 DSEIs das duas regiões respondem pelo atendimento de 72% dos indígenas do Brasil, que segundo dados do IBGE somam 820 mil em todo o país.

A necessidade do fortalecimento da articulação interfederativa para melhorar a atenção à saúde dos povos indígenas foi o foco da apresentação feita pelo Secretário da Sesai, Antônio Alves de Souza, que abriu as discussões. Além de apresentar o histórico de criação, a estrutura e a organização do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), Alves ressaltou a necessidade do trabalho em conjunto com os gestores municipais e estaduais de saúde para garantir a integralidade das ações. "A saúde indígena e o SUS (Sistema Único de Saúde) precisam ter uma relação mais próxima", reforçou.

Para o secretário, é muito importante que os coordenadores distritais tenham vaga nos conselhos de gestão municipal e estadual, principalmente nas Comissões Intergestores Regionais (CIR), colegiado que reúne os secretários municipais de saúde de cada estado. "A maioria dos DSEIs abrange mais de uma região de saúde e, por isso, as ações de saúde indígena precisam ser pactuadas com mais de um município e até mesmo mais de um estado", lembrou.

Outro ponto destacado pelo Secretário da Sesai foi a dificuldade de compreensão da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas por parte de muitos gestores. Segundo ele, muitas unidades de saúde do SUS ainda não conseguem atender as especificidades culturais dessa população como, por exemplo, autorizar a presença de pajés e benzedeiras nos hospitais que recebem pacientes indígenas.

A garantia de um atendimento diferenciado para a população indígena também foi abordado pelo coordenador do Fórum de Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCondisi), Jorge Marubo. Ele usou, como exemplo, a dificuldade que o povo Matis, etnia de recente contato que vive em região de difícil acesso no Vale do Javari (AM), tem quando precisa fazer um exame ou ficar internado em um hospital na cidade. "Eles não compreendem o português, não têm parentes na cidade, não dormem em camas, não comem a comida do hospital, querem comer preguiça e peixe assado na brasa conforme os costumes", explicou. Segundo Jorge Marubo, é preciso que os hospitais de referência compreendam o que significa esse atendimento diferenciado. "Muitos profissionais de saúde acham que queremos furar fila, não é isso. Queremos é que se respeite o princípio da equidade, pois somos diferentes e

CONT.



precisamos de um atendimento diferenciado.”

Gestão compartilhada

Definir com maior clareza as responsabilidades de cada ente federado foi a conclusão apresentada pelos gestores municipais e estaduais de saúde durante os debates da mesa. Para o secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), José Ênio Servilha, essa discussão sobre complementariedade das ações de saúde indígena é urgente. “Precisamos definir em nível central os princípios dessa relação. O que faz cada ente? Qual é o papel do município? Como será o acesso e a referência para a média e alta complexidade?”, disse. A proposta é que o tema seja debatido novamente no Congresso do Conasems, que acontecerá em Brasília (DF), entre os dias 7 e 10 de julho, e também na Comissão Intergestora Tripartite (CIT), colegiado que reúne representantes dos gestores de saúde do nível federal, estadual e municipal.

Além do secretário executivo do Conasems, participaram da mesa da saúde indígena o presidente do Colegiado de Secretários Municipais de Saúde (Cosems) do Pará, Charles Tocantins; o secretário ajunto de Saúde de Roraima e representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Miguel D’Elia; e a coordenadora do DSEI Guama-Tocantins (PA/TO), Danielle Cavalcante.

Por Aedê Cadaxa

CUT repudia violência contra os índios no Mato Grosso do Sul

SÍTIO FETECCN, 03.06.2013



Foi com profundo pesar que a Central Única dos Trabalhadores recebeu a notícia da morte do índio Terena, Oziel Gabriel, e de dezenas de índios feridos na Fazenda Buriti, na cidade de Sidrolândia, no Mato Grosso do Sul.

A CUT também lamenta a forma como o juiz local encaminhou a "reintegração de posse, orientou a força policial, tanto da Polícia Militar do Estado como da Polícia Federal local".

Está cada vez mais comum o abuso por parte de representantes do Poder Judiciário contra os movimentos sociais. A Justiça precisa prestigiar o diálogo e entendimento entre as pessoas, as instituições e entre os poderes.

A CUT do Mato Grosso do Sul já emitiu uma Nota Oficial ontem (30) e hoje, em nome da CUT Nacional, já entramos em contato com a CUT local, os parlamentares do Estado e também com a Secretaria-Geral da Presidência da República.

Formalizaremos também um pedido de audiência com o Ministro da Justiça e com o ministro Gilberto Carvalho para que todas as partes sejam ouvidas e todas as providências sejam tomadas para se apurar os responsáveis pelo assassinato, a violência coletiva e os demais erros cometidos.

A impunidade não pode virar regra no Brasil. A estupidez em nome da lei não pode sobrepor-se ao diálogo e ao bom senso.

A CUT defende o entendimento e o diálogo como forma de evitar mais mortes e mais violência. Agressões e mortes não ajudam a democracia e o Brasil.

A CUT, como representante de trabalhadores do campo e das cidades, reivindica participar das audiências e das negociações pela superação dos impasses no campo e nos locais de trabalho nas cidades.

O Brasil precisa de paz, progresso e respeito às regras democráticas.

São Paulo, 31 de Maio de 2013.

Vagner Freitas
Presidente nacional da CUT



Boletim de Notícias - Edição nº 094 / 2013

Brasília, 04 de junho de 2013.

Justiça revoga liminar que determinava despejo de índios em Sidrolândia

SÍTIO MIDIAMAX, 03.06.2013

Por não ter nenhuma audiência prévia com a União ou órgão de proteção ao índio, de acordo com o artigo 63 da Lei n. 6001/73 (Estatuto do índio), foi suspensa nesta segunda-feira (3) a decisão de retirada dos índios da fazenda Buriti, em Sidrolândia, a 60 quilômetros de Campo Grande, até que o Ministério Público Federal, Funai e União sejam ouvidos sobre a situação.

A área ocupada pertence ao ex-deputado estadual Ricardo Bacha. A ação, nº 0003407-80.2013.4.03.6000, questiona a ação de interdito proibitório que pede novamente deslocamento policial para 'resguardar a integridade física de índios, proprietários, funcionários e de todos aqueles que residem na região do conflito indígena'.

A alegação é de que nenhuma medida judicial pode ser concedida liminarmente em causas que envolvam interesse de silvícolas ou do Patrimônio Indígena, sem prévia audiência da União e do órgão de proteção ao índio.

Foi fixado o prazo de 36 horas para manifestação da União, FUNAI e Ministério Público Federal.



Prefeito é atacado por índios próximo a Cristalina

SÍTIO CAARAPONEWS, 03.06.2013

Mário Valério (PR), Luis Macarrão (DEM) e o secretário Roberto Maitan viveram momentos de terror hoje

O prefeito de Caarapó Mário Valério (PR), o vereador Luis Macarrão (DEM) e o secretário de obras rurais Roberto Maitan viveram momentos de terror na tarde desta segunda-feira (3), próximo ao distrito de Cristalina.

O trio se deslocava para aquela região no intuito de vistoriar as condições das estradas rurais, quando foram cercados por um grupo de índios que estavam com as caras pintadas e haviam fechado uma ponte. Os indígenas tentaram tirar o prefeito do carro, porém, Valério conseguiu dialogar por alguns minutos e aproveitando uma distração teria conseguido acelerar a caminhonete e fugir do local em meio às plantações.

Antes, porém, o veículo oficial do município- uma Pajero - foi danificado a golpes de pau e marreta. A Polícia Federal e a Funai foram acionadas e se dirigem para o local nesse momento. O prefeito, o vereador e o secretário conseguiram retornar a cidade e passam bem.

Próximo ao distrito de Cristalina fica localizada a aldeia Guiraroká, de etnia Guarani-Kaiwoa, que tem como líder Ambrósio Vilhalva.

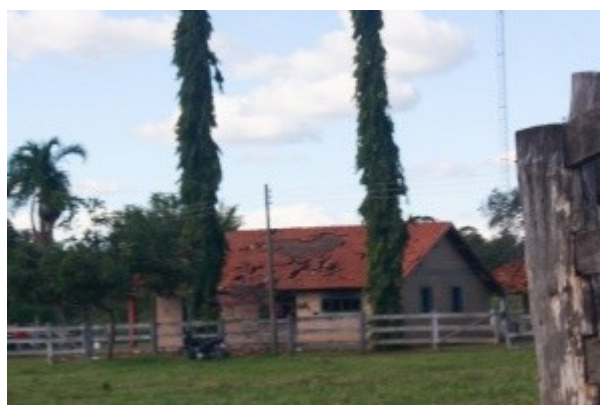
Conforme informações extra-oficialmente apuradas pelo CaarapoNews, a manifestação teve início após uma cruz, onde estava sepultado um indígena, ter sido quebrada no local. Revoltados, os guaranis fecharam a ponte do Rio Santa Maria, próximo a região do Cambira, e ao avistarem o veículo tentaram retirar os ocupantes de dentro.

Índios ateam fogo em casa da fazenda Cambará em mais um dia tenso

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 03.06.2013



Cacique Basílio Jorge fala sobre a invasão na fazenda Cambará.
(Foto: Marcos Ermínio)



Fazenda Cambará. Casa ficou parcialmente destruída pelo fogo.
(Foto: Marcos Ermínio)

Os cerca de 300 índios terena que invadiram a fazenda Cambará, vizinha a Buriti, em Sidrolândia, a 71 quilômetros de Campo Grande, na tarde desse domingo, já incendiaram uma das casas, destelharam a maior e prometem não sair da área. "A fala do nosso povo é de que não vamos sair daqui", afirma o cacique da aldeia Lagoinha, Basílio Jorge.

De acordo com a liderança indígena, os índios da aldeia dele e da Água Azul tentam entrar na propriedade desde 8 de maio, data em que ficaram apenas na porteira. No dia 14, eles 'se mudaram' para uma aérea a apenas 800 metros da sede e, nesse domingo, invadiram. No momento havia três funcionários no local.

O cacique fala que não houve violência, mas teve discussão, que a invasão é por mais terra para os "guerreiros" e também por conta da morte de Oziel Gabriel, 35 anos, durante conflito na Buriti, no dia 30.

"Nós precisamos de espaço", fala Basílio, explicando que na aldeia Lagoinha vivem 378 índios em 2,9 hectares. A fazenda Cambará tem 1,3 mil hectares. Na região há 33 propriedades rurais invadidas.

O cacique lembra ainda que a morte de Oziel "contribuiu para a permanência" deles na fazenda. "A gente tá aqui pelo nosso guerreiro terena. Temos que fazer valer a morte dele", No entanto, ele diz que a situação deles depende de decisão a ser tomada por ele e mais 10 índios que representam toda a aldeia.

Nesta segunda-feira, dois caminhões foram retirar o gado da fazenda. Indígenas ajudam a colocar os animais nos veículos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 094 / 2013

Brasília, 04 de junho de 2013.

Conflito- Vizinha à Cambará, a fazenda Buriti foi invadida no dia 14 de maio. No dia 30, após decisão de reintegração de posse, houve conflito entre policiais e índios. Oziel Gabriel morreu. Ficaram feridos cinco indígenas e oito policiais.

Os índios não saíram de lá. Nesse domingo, nova decisão da Justiça Federal determina a saída deles em 48 horas. Nesta segunda-feira, Oziel foi enterrado e houve confusão com a imprensa após o sepultamento.



Índios bloqueiam rodovias para pedir demarcações no RS

SÍTIO TRIBUNASITE, 03.06.2013

Índios de tribos caingangues que reivindicam a demarcação de terras bloquearam três rodovias do norte do Rio Grande do Sul nesta segunda-feira. Em Mato Castelhano um grupo ocupou a pista da BR-285 interrompendo o tráfego entre duas importantes cidades da região, Passo Fundo e Lagoa Vermelha.

Na RSC-480, a manifestação ocorreu em um trecho entre as sedes municipais de São Valentim e Erval Grande. A estrada é via de acesso para as cidades de Erechim, no Rio Grande do Sul, e Chapecó, em Santa Catarina. Na ERS-343, o protesto trancou a passagem de veículos entre Sananduva e Cacique Doble.

Nos três casos, o bloqueio não foi ininterrupto. De tempos em tempos, entre às 8 horas e as às 17 horas, os índios retiravam os pedaços de madeira e máquinas da pista, liberando a passagem dos veículos e, logo depois, voltavam a trancá-la.

Na região há dez terras indígenas demarcadas e oito em estudo ou declaradas. Os manifestantes discordam da recente decisão governamental que, após pressão de produtores rurais, suspendeu os processos de demarcação da Fundação Nacional do Índio (Funai) para consultas a outros órgãos da administração federal, como o Ministério da Agricultura, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Embrapa.

Sobre o caixão de Oziel, índios rasgam decisão da Justiça e vão manter retomada
SÍTIO REGIÃO NEWS, 03.06.2013

Eles garantem que vão às últimas consequências para transformar a propriedade de 300 hectares numa aldeia para abrigar a comunidade.



Índios terenas ignoram decisão judicial e rasgam determinação de reintegração de posse

Os índios terena da Reserva Buriti decidiram ignorar a nova decisão judicial que concedeu prazo de 48 horas para a FUNAI retirá-los da Fazenda Buriti onde quinta-feira morreu Oziel Gabriel, 35 anos, no confronto com a polícia durante a reintegração de posse. Eles garantem que vão às últimas consequências para transformar a propriedade de 300 hectares numa aldeia para abrigar a comunidade.

Os indígenas voltaram a Fazenda Buriti na sexta-feira, um dia depois da desocupação promovida pela Polícia que teve um desfecho violento, com a morte de Oziel, vários feridos (inclusive policiais) além de alguns terenas presos pela Polícia Federal.

Em meio ao clima de comoção e revolta, durante o sepultamento de Oziel nesta manhã na Aldeia Córrego do Meio, lideranças indígenas ainda sobre o caixão do patrício morto, rasgaram a notificação da decisão da Justiça que determina a reintegração.

Nesta nova decisão favorável ao proprietário Ricardo Bacha, a juíza federal substituta de plantão, Raquel Domingues do Amaral, em caso de descumprimento, fixou multa diária de R\$ 1 milhão para a FUNAI e de 1% sobre o valor da causa imposta ao líder da comunidade indígena Buriti e ao coordenador local da autarquia.

Na opinião de lideranças como Alberto Terena, "esta decisão é um desrespeito com nosso povo. Não esperaram nem a gente enterrar nosso irmão. Queremos as terras demarcadas e não dá para ficar ouvindo assunto de multas. Existe um povo que deve ser olhado". Segundo ele,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 094 / 2013

Brasília, 04 de junho de 2013.

“nenhuma pressão política ou militar vai fazer com que nós desistamos do nosso direito estabelecido em Constituição. Nós não estamos invadindo ou inventando algo. Queremos o que é nosso”, conclui.

Os índios negam que ao retomarem a Fazenda Cambará domingo à tarde, tenham quebrado a trégua estabelecida na reunião com o Conselho Nacional de Justiça, de por 15 dias não promoverem novas ocupações. “O fazendeiro não esperou nem a gente enterrar o Oziel e já estava na Justiça pedindo mais uma vez nosso despejo”, destaca um dos irmãos do terena morto no conflito.

Exclusivo: Região News divulga primeiras imagens da fazenda Cambará, após retomada pelos índios
SÍTIO REGIÃO NEWS, 03.06.2013

Foi à primeira equipe de reportagem a adentrar a propriedade depois de sua retomada no último sábado.



Residência incendiada onde morava o capataz da fazenda

A reportagem do Região News esteve na sede da fazenda Cambará na manhã desta segunda-feira (03/06) acompanhado de Beones Gabriel (irmão de Oziel) morto em confronto com a Polícia Federal no dia 30 de maio. Foi à primeira equipe de reportagem a adentrar a propriedade depois de sua retomada no último sábado.

Um grupo de 100 índios terenas das Aldeias Água Azul e Lagoinha retomaram no sábado à tarde, por volta das 13 horas, a Fazenda Cambará, propriedade de 1.200 hectares vizinha a Buriti, onde o processo de reintegração de posse na última quinta-feira teve um desfecho trágico, com uma morte e vários feridos.

Os índios atearam fogo nas casas da propriedade e estão ajudando na retirada de aproximadamente 1.200 cabeças de gado que eram mantidas no pasto. O proprietário da Cambará, Vanni Filho, registrou a retomada como esbulho possessório na Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário (Depac) do Centro de Campo Grande.

CONT.

Ele disse que orientou os funcionários da propriedade, a deixarem a fazenda para evitar qualquer confronto com os índios. Nesta mesma região, próxima as aldeias da Reserva Buriti, estão ocupadas as fazendas Santa Clara, Buriti, Santa Helena, Querência São José e 3R. Estão no perímetro de 17 mil hectares localizados entre Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, que os índios reivindicam como terra indígena.



Das 33 fazendas, 9 estão ocupadas por indígenas, sendo elas Água Doce, Bom Jesus, Cambará, Santa Clara, Buriti, Querência, Três R, Santo Antônio, Florida.

Capsulas -

Cápsulas de três diferentes calibres foram encontradas na fazenda Buriti, local onde o índio Oziel Gabriel, de 35 anos, foi baleado. Ele foi ferido durante o cumprimento da decisão judicial de reintegração de posse e morreu, em seguida, no hospital beneficente Elmíria Silvério Barbosa, em Sidrolândia.

De acordo com o procurador Emerson Kalif Siqueira, do MPF (Ministério Público Federal), foram recolhidas casulas de calibre ponto 40, usualmente utilizada pela PM (Polícia Militar), 9 mm e ponto 45, utilizadas pela PF (Polícia Federal). O MPF pediu uma nova autópsia no corpo, que foi realizada no último sábado.

Vieram a Campo Grande um perito da polícia e outro da Secretaria Especial de Direitos Humanos. O novo procedimento tenta determinar que tipo de projétil atingiu a vítima.



Índios invadem sede do PT no Paraná contra decisão correta de Gleisi Hoffmann
SÍTIO VEJA, 03.06.2013

Pois é... A Funai decidiu demarcar 15 áreas indígenas no Paraná. A ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil) pediu à Embrapa um estudo a respeito. Em todas, a presença histórica dos índios tinha sido fraudada — sem exceção. As demarcações foram suspensas. Em protesto, índios invadiram a sede do Diretório Estadual do PT. A minha tendência, em princípio, seria apoiar a ocupação de prédios do PT para ver se aquilo vira terra produtiva, já que o PT costuma incentivar a invasão de terras produtivas para ver se viram terra petista... Mas, nesse caso, fazer o quê? Tenho de reconhecer que se trata de uma invasão por maus motivos. Demonstrei aqui, no dia 16 de maio, as fraudes nas demarcações feitas no Paraná. Leiam o que informa a VEJA.com nesta segunda:

*

Um grupo de aproximadamente trinta índios da tribo caingangue invadiu na manhã desta segunda-feira a sede do diretório estadual do Partido dos Trabalhadores (PT) do Paraná. O objetivo dos índios é protestar contra a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, que no início de maio determinou a suspensão da demarcação de terras indígenas no estado.

Os indígenas estenderam uma faixa com a frase "Gleisi discursa favorável ao agronegócio e contra os povos indígenas" no portão da sede do diretório, que fica numa casa na região central de Curitiba. A entrada dos índios ocorreu sem incidentes nem resistência dos funcionários do partido. O grupo vive no município de Manguaçu, no sudoeste do estado.

O diretório do PT emitiu nota dizendo que "articulou junto ao Ministério da Justiça e à Casa Civil a realização de uma audiência para que o grupo apresente suas reivindicações ao governo federal". Segundo o comunicado, para que a reunião aconteça, basta que os índios aceitem a proposta. As atividades na sede foram suspensas.

Suspensão

A decisão da ministra ocorreu após um relatório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) ter desmentido um documento elaborado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) que vinha sendo usado como base para pedidos de demarcação de supostas terras indígenas no estado.

De acordo com a Embrapa, a presença de tribos e índios em terras do Paraná analisadas pela Funai era inexistente ou duvidosa. Com dois documentos apontando conclusões diferentes, a Casa Civil determinou a suspensão das demarcações. A ministra, que deve disputar as eleições para o governo do Paraná em 2014, defende que outros órgãos passem a ser consultados quando ocorrerem demarcações. Atualmente, a atribuição é exclusiva da Funai.

Por Reinaldo Azevedo



Laudos da Funai não serão desconsiderados na demarcação de terras indígenas, diz ministra

SÍTIO AGENCIA BRASIL, 03.06.2013

Luana Lourenço
Repórter da Agência Brasil

Brasília - Diante da onda de protestos indígenas pelo país contra as mudanças no processo de demarcação de terras indígenas, a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, disse hoje (3) que a ampliação do número de instituições a quem os processos serão submetidos não desconsidera o papel da Fundação Nacional do Índio (Funai) no trâmite.

A Funai é responsável pela elaboração dos laudos antropológicos que determinam a criação de terras indígenas. No entanto, o governo quer que esses processos sejam submetidos a pareceres da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário. O governo já suspendeu novas demarcações no Paraná e no Rio Grande do Sul.

"A Funai tem, claro, a sua palavra no laudo antropológico, não vai ser desconsiderada de maneira nenhuma. Nós queremos apenas ter instrução de outros órgãos para que a gente possa basear as decisões, porque a decisão de demarcações não é uma decisão só da Funai. Ela sobe para o ministro da Justiça e para a presidenta da República. É importante que a gente tenha o procedimento claro", argumentou Gleisi.

Segundo a ministra, a incorporação de outros pareceres deixará o processo de demarcação "transparente" e vai permitir que mais setores da sociedade se manifestem, principalmente em áreas de conflito fundiário, que já estão ocupadas por não índios. "O que nós queremos é que naquelas áreas em que já vivam outras pessoas, ou que sejam áreas de produção, principalmente de agricultura e pequena agricultura, que nós possamos ter uma manifestação dos órgãos que têm relação com essas áreas". As mudanças, na avaliação do governo, deverão reduzir os questionamentos judiciais de demarcações e as disputas fundiárias.

Em relação às ordens de reintegração de posse contra indígenas, Gleisi disse que o governo vai cumprir o que for determinado pela Justiça. Na última quinta-feira (30), um indígena terena foi morto a tiros na Fazenda Buriti, em Sidrolândia (MS), durante um conflito com a Polícia Federal, que cumpria ordem de desocupação.

"Nós temos muitas decisões judiciais que nos colocam obrigações de execução. No caso da Fazenda Buriti nós temos uma decisão judicial que é contrária à demarcação, que data de junho de 2012. E temos uma determinação de desocupação. Temos que seguir o que determina a Justiça, o Estado de Direito é isso. Ele dá direito aos índios, aos agricultores, à população brasileira. E o Executivo tem que cumprir", disse.

Edição: Fábio Massalli



Governo federal reúne-se nesta terça-feira (4/06) em Brasília com delegação de indígenas do Pará

SÍTIO SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 03.06.2013

O ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, coordena nesta terça-feira (4/6) reunião de representantes de diversos ministérios com uma delegação de indígenas do Pará, majoritariamente do povo Munduruku, que participaram da recente ocupação do principal canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A reunião acontece às 14h no Palácio do Planalto, em Brasília, e é parte de um acordo firmado com os indígenas no último dia 30/5, que levou à desobstrução pacífica do canteiro de obras.

Na reunião, o governo federal vai informar à delegação um conjunto de respostas à pauta de 33 reivindicações apresentadas em janeiro, durante a Assembleia Indígena Munduruku, na Aldeia Sai Cinza, no município de Jacareacanga (PA). Também será apresentada aos Munduruku e demais indígenas das bacias dos rios Tapajós e Teles Pires uma proposta de pactuação da consulta sobre possíveis empreendimentos hidrelétricos na região. A proposta do governo prevê a realização de consulta aos indígenas de acordo com os preceitos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que está em processo de regulamentação, conforme metodologia participativa coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República. O governo federal garantiu o transporte aéreo e a infraestrutura necessária para a participação da delegação de indígenas na reunião. Dois aviões da FAB estarão à disposição dos indígenas em Altamira, amanhã, a partir das 6 horas.

A expectativa da Secretaria-Geral é que a reunião seja o início de um processo de diálogo e entendimento que assegure aos indígenas seus direitos legais e o acesso a políticas públicas voltadas à sua autonomia e sustentabilidade.